

resultados

1T18



isa

CTEEP



ISA CTEEP REGISTRA FORTE GERAÇÃO DE CAIXA NO TRIMESTRE

Mensagem da Administração

O primeiro trimestre de 2018 foi marcado pela forte geração de caixa da Companhia. A receita operacional líquida regulatória totalizou R\$ 732 milhões, o EBITDA ajustado regulatório registrou R\$ 684 milhões, com margem de 93,4% e o lucro líquido regulatório foi de R\$ 305 milhões.

A ISA CTEEP monitora seu negócio por meio dos seguintes focos de gestão: Operação e Manutenção, Projetos, Subsidiárias, Regulação, Jurídico, e Crescimento. Os focos de gestão são norteadores da estratégia de negócio, que visam a sustentabilidade. A Companhia vem obtendo níveis de excelência em cada um desses pilares.

Em **Operação e Manutenção**, o objetivo é desenvolver as atividades com eficiência, qualidade e segurança. No 1T18, os níveis de eficiência, que há anos fazem da ISA CTEEP uma referência no setor elétrico, foram mantidos.

A Companhia tem sido protagonista no desenvolvimento de **Projetos** de infraestrutura de energia elétrica em todo o Brasil. No 1T18, os investimentos em reforços e melhorias totalizaram R\$ 18 milhões. A carteira de projetos no 1T18 foi menor, porém em linha com a estimativa da Companhia. Para o crescimento sustentável, tem sido direcionado esforços para alcançar, de maneira contínua, elevados índices de rentabilidade.

A gestão das **Subsidiárias** prioriza integração e fortalecimento do modelo de governança corporativa, que busca alinhar políticas, processos, sistemas e práticas, além de promover maior controle e disciplina financeira. O resultado de equivalência patrimonial regulatória no trimestre foi de R\$ 19 milhões.

O objetivo da participação ativa na **Regulação** consiste em garantir o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos de concessão, pautado no binômio de incentivo ao ambiente competitivo de negócio e benefícios à sociedade. Os esforços em 2018 estão concentrados no processo de revisão tarifária, buscando valores justos para a RAP (Receita Anual Permitida) de Operação e Manutenção, assim como de WACC (Custo Médio Ponderado de Capital) dos projetos e da BRR (Base de Remuneração Regulatória), para que as empresas tenham condições necessárias para permanecer investindo e mantendo a qualidade de suas operações.

Outro fator em discussão é a definição do prazo de recebimento e o índice de correção do componente financeiro da RBSE. Em maio, foi proposto no âmbito do projeto de lei de desestatização da Eletrobras a manutenção do prazo de pagamento em 8 anos e a substituição da correção do custo de capital próprio (Ke) pelo WACC.

No **Jurídico**, a Companhia conquistou decisões favoráveis, que reforçam o foco na redução das contingências. No 1T18, a ISA CTEEP foi excluída da ação Eletrobras / Eletropaulo no despacho de homologação do acordo entre essas duas empresas.

No pilar de **Crescimento**, a Companhia está trabalhando na execução de 8 novos empreendimentos arrematados em leilões. No 1T18, foi investido R\$ 72 milhões nestas novas subsidiárias. Estas representam um compromisso de investimentos de cerca de R\$ 2,5 bilhões no sistema elétrico nacional, crescimento de cerca de 35% na base de ativos da empresa e expansão de 80% na RAP atual.

Alinhada com a estratégia de crescimento, em abril foi anunciada a aquisição da participação remanescente da IESUL, pelo montante de R\$ 20 milhões.

As conexões inspiram o time ISA CTEEP e geram valor ao longo do tempo.



São Paulo, 15 de maio de 2018 – A ISA CTEEP - Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista ("ISA CTEEP", "Companhia", B3: TRPL3 e TRPL4), anuncia seus resultados do primeiro trimestre de 2018. Os Resultados Regulatórios estão apresentados, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com o objetivo de colaborar com o entendimento do negócio da Companhia. Adicionalmente, é possível encontrar os resultados de acordo com as normas da CVM e os CPCs aplicáveis e em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standard Board (IASB) na seção de "Anexos" deste documento.

Principais Indicadores Regulatórios (R\$ milhões)	Consolidado		
	1T18	1T17	Var (%)
Receita Líquida	732,3	267,6	173,6%
EBITDA Ajustado ¹	684,0	217,4	214,6%
<i>Margem EBITDA Ajustada</i>	<i>93,4%</i>	<i>81,2%</i>	<i>12,2 p.p.</i>
Lucro Líquido	305,3	92,7	229,4%
<i>Margem Líquida</i>	<i>41,7%</i>	<i>34,6%</i>	<i>7,1 p.p.</i>
ROE ²	11,0%	3,6%	7,4 p.p.

¹ Exclui a equivalência patrimonial e outros efeitos não recorrentes e inclui o EBITDA das Coligadas com o objetivo de apresentar uma visão mais adequada da geração de caixa da Companhia

² Considera o acumulado de 12 meses

Teleconferência 1T18

15.05.2018

11h00 (BRT) / 10h00 (EDT)

Informações para Conexão:

Brasil: +55 11 3193-1001 / +55 11 2820-4001

Outros Países: +1 646 828-8246 / 1-800-492-3904

Senha: ISACTEEP

Link para webcast disponível no site de Relações com Investidores:
www.isactEEP.com.br/ri

Contatos - Relações com Investidores

Rinaldo Pecchio

Telefone:

Michelle Lourenço Corda

+55 11 3138-7557

Lúcia de Luiz Cesari

Gabriela Rigo Bussotti

E-mail:

Marcos Augusto Alves de Oliveira

ri@ctEEP.com.br



ÍNDICE

1.	A ISA CTEEP	
1.1	A ISA CTEEP	5
1.2	Composição Acionária	6
1.3	Estrutura Societária	7
1.4	Crescimento & Inovação	7
2.	Desempenho Operacional	8
3.	Desempenho Financeiro	9
3.1	Receita Operacional	9
3.1	Custos e Despesas de O&M	10
3.3	Equivalência Patrimonial	11
3.4	EBITDA e Margem	12
3.5	Resultado Financeiro	13
3.6	Lucro Líquido	13
3.7	Comparativo de Resultados (Regulatório vs. IFRS)	14
4.	Proventos	15
5.	Endividamento	15
6.	Investimentos	17
7.	Mercado de Capitais	18
8.	Outras Informações Relevantes	19
8.1	Renovação da Concessão - Contrato 059/2001 (RBNI/RBSE)	19
8.2	Principais Litígios	20
8.2.1	Plano de Complementação de Aposentadoria - Lei 4.819/58	20
8.2.2	Ação de Cobrança da Eletrobras contra a Eletropaulo e EPTE	21
9.	Anexos	22

* Resultados em Excel disponível no website de Relações com Investidores



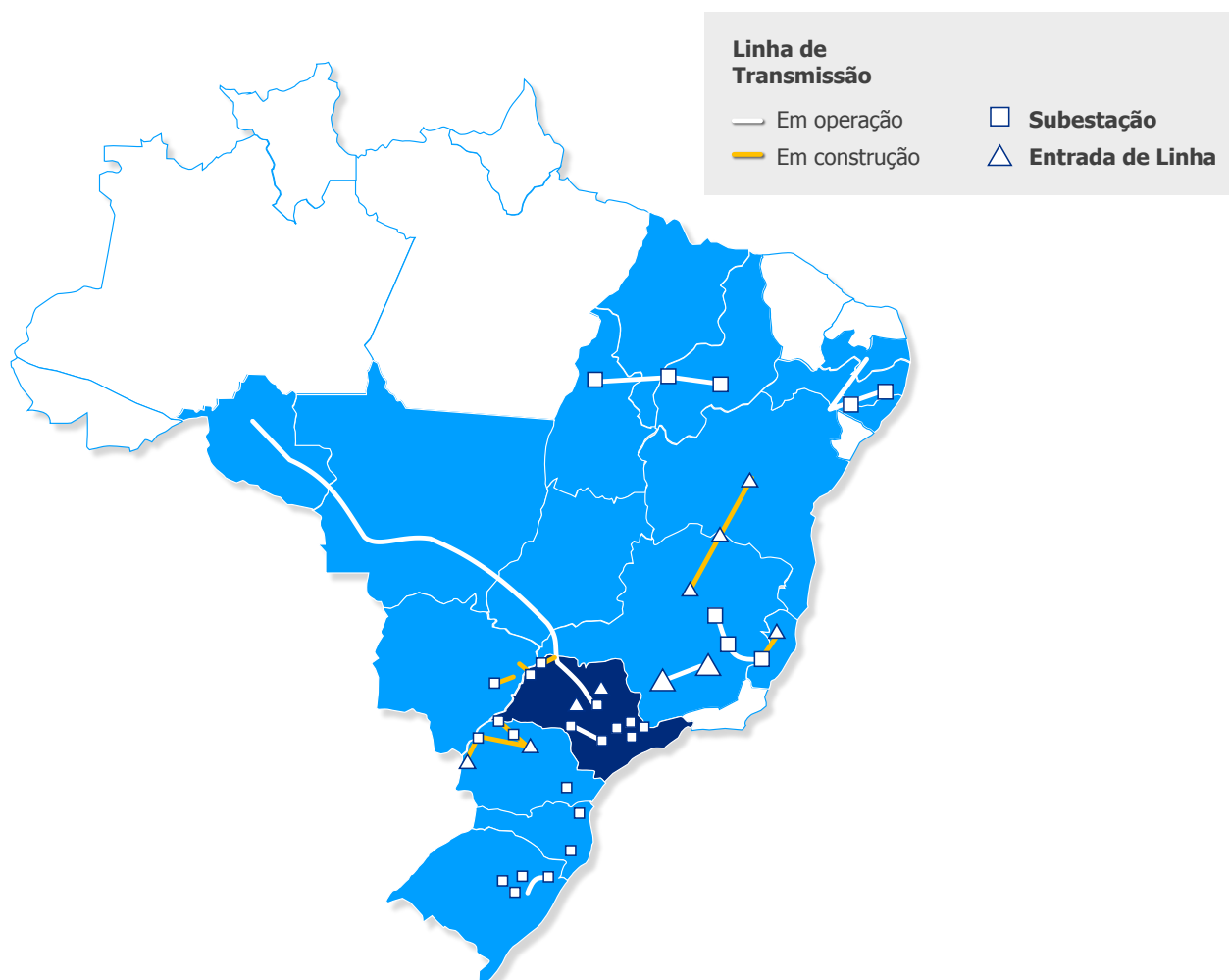
A ISA CTEEP

A ISA CTEEP é a maior empresa privada de transmissão do setor elétrico brasileiro e faz parte do Sistema Interligado Nacional ("SIN") que engloba o sistema elétrico brasileiro como um todo (exceto por alguns sistemas isolados) e atende aproximadamente 99% da carga total do sistema. Com suas atividades e de suas empresas controladas e coligadas, presentes em 17 estados do País, a Companhia transmite aproximadamente 25% de toda a energia elétrica do Brasil, 60% da energia consumida na Região Sudeste e quase 100% da energia do Estado de São Paulo.

A coordenação e o controle da operação das instalações da Companhia, e de todas as instalações de geração e transmissão de energia elétrica do SIN, são de responsabilidade do Operador Nacional do Sistema Elétrico ("ONS"), sob fiscalização e regulação da Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL").

A infraestrutura robusta da Companhia e de suas subsidiárias engloba capacidade instalada de 65.060 MVA de transformação, 18.642 quilômetros de linhas de transmissão, 25.795 quilômetros de circuitos e 126 subestações com tensão de até 550 kV.

Diante de um mercado cada vez mais exigente e de sua posição em um centro de consumo relevante para o País, nos últimos 10 anos a Companhia, investiu cerca de R\$ 10 bilhões na expansão do sistema na aplicação de tecnologias capazes de agregar valor para as atividades de operação e manutenção, garantindo eficiência e qualidade na prestação de seus serviços de transmissão.





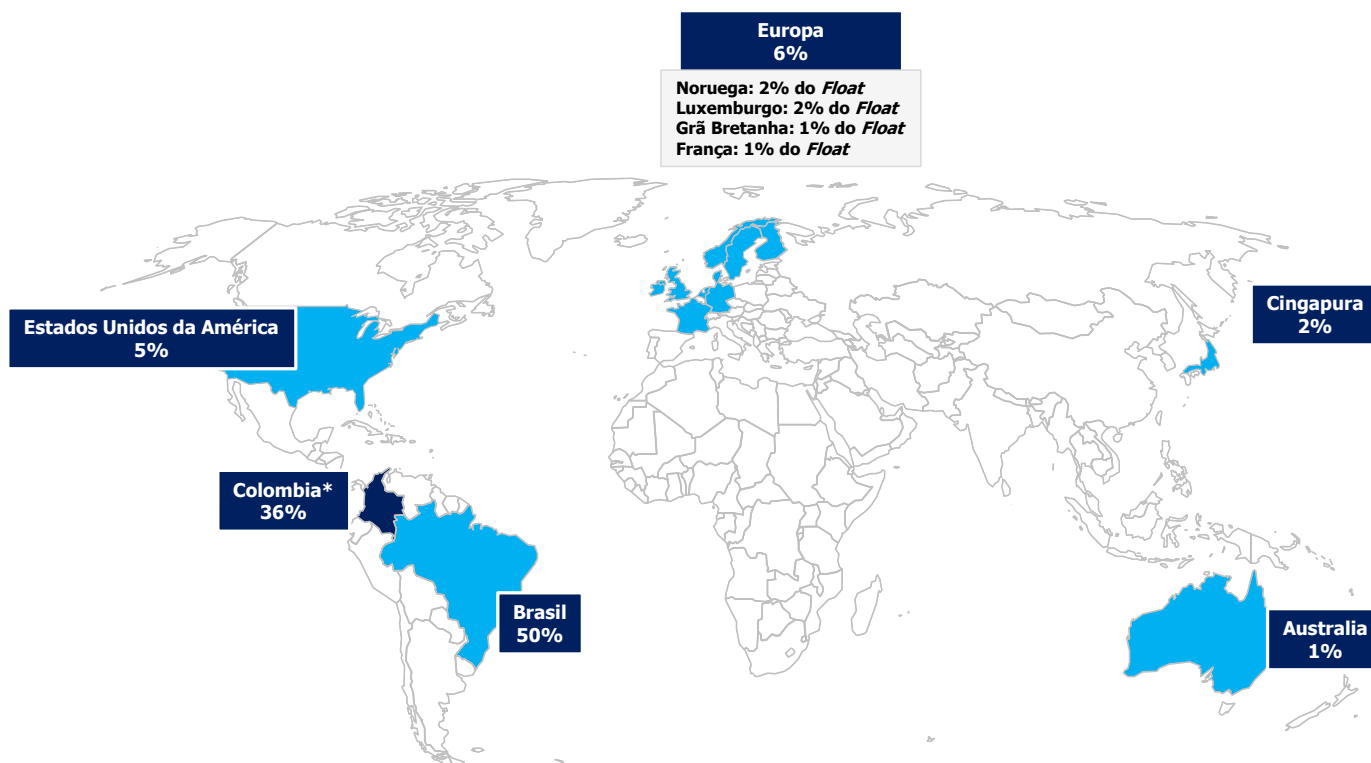
Composição Acionária

Controlada pela ISA, empresa multilatinha de sistemas de infraestrutura lineares, a ISA CTEEP tem entre seus investidores a Eletrobras, maior grupo brasileiro de energia elétrica.

Acionistas	TRPL3 (ON)	%	TRPL4 (PN)	%	Total	%
ISA Capital do Brasil	57.714.208	89,50%	1.286.132	1,30%	59.000.340	35,80%
Ações em Circulação	6.770.225	10,50%	98.950.261	98,70%	105.720.486	64,20%
Eletrobras	6.289.661	9,80%	52.005.758	51,90%	58.295.419	35,40%
Outros	480.564	0,70%	46.944.503	46,80%	47.425.067	28,80%
Total	64.484.433	100%	100.236.393	100%	164.720.826	100%

Das ações da Companhia, 50% estão em poder de investidores nacionais* e 50% pertencem a investidores estrangeiros.

Distribuição do Capital Total em 31/03/2018



* Considera participação da Isa Capital do Brasil, veículo de investimento da ISA Colômbia para a aquisição da ISA CTEEP.

Estrutura Societária

A estrutura societária da ISA CTEEP compreende suas empresas controladas total ou parcialmente, conforme demonstrado abaixo:

	Estado de Operação	Local	RAP Ciclo 2017/2018 ¹ (R\$ milhões)	RAP ISA CTEEP Ciclo 2017/2018 (R\$ milhões)	Participação (%)	Consolidação
ISA CTEEP	Operacional	São Paulo	2.536,7	2.536,7	ISA CTEEP 100%	Integral
IE Madeira	Operacional	Rondônia / SP	515,5	257,8	ISA CTEEP 51% / Furnas 24,5% / Chesf 24,5%	Equivalência Patrimonial
ERBI	Em construção	Paraná	267,3	133,7	ISA CTEEP 50% / TAESA 50%	Equivalência Patrimonial
Paraguaçu	Em construção	Bahia / MG	106,6	53,3	ISA CTEEP 50% / TAESA 50%	Equivalência Patrimonial
IE Garanhuns	Operacional	Pernambuco	81,6	41,6	ISA CTEEP 51% / Chesf 49%	Equivalência Patrimonial
Aimorés	Em construção	Minas Gerais	71,4	35,7	ISA CTEEP 50% / TAESA 50%	Equivalência Patrimonial
IE Pinheiros	Operacional	São Paulo	56,4	56,4	ISA CTEEP 100%	Integral
Serra do Japi	Operacional	São Paulo	55,6	55,6	ISA CTEEP 100%	Integral
IE Aguapeí	Em construção	São Paulo	53,7	53,7	ISA CTEEP 100%	Integral
Itaúnas	Em construção	Espírito Santo	47,2	47,2	ISA CTEEP 100%	Integral
IE Itaquerê	Em construção	São Paulo	46,2	46,2	ISA CTEEP 100%	Integral
IENNE	Operacional	Tocantins	42,9	42,9	ISA CTEEP 100%	Integral
IE Tibagi	Em construção	SP / Paraná	18,4	18,4	ISA CTEEP 100%	Integral
IE Sul ²	Operacional	Rio Grande do Sul	18,2	9,1	ISA CTEEP 100% ²	Equivalência Patrimonial
IEMG	Operacional	Minas Gerais	17,2	17,2	ISA CTEEP 100%	Integral
Evrecy	Operacional	Espírito Santo	12,8	12,8	ISA CTEEP 100%	Integral
IE Itapura	Em construção	São Paulo	10,7	10,7	ISA CTEEP 100%	Integral
Total			3.985	3.429		

¹ RAP considera valor de 100% do projeto; ² Celebração de Contrato de Compra e Venda para aquisição de 50% do Capital Social em abril/18 . A conclusão da operação está sujeita a aprovações.

Crescimento & Inovação

No ambiente de rápidas transformações do setor elétrico, a inovação é um fator decisivo de sucesso. Por isto, a Companhia segue captando melhorias em processos e assimilando novos recursos tecnológicos, além de identificar oportunidades em novos negócios. Uma das frentes de crescimento sendo avaliada pela Companhia é a de armazenamento de energia por meio de baterias. Em parceria com a Universidade de São Paulo, estamos estudando a possibilidade de implementação de armazenamento de energia, com potencial para abrir formas complementares de operação da nossa rede.

Além desta frente, a ISA CTEEP está constantemente avaliando oportunidades no mercado para o seu crescimento e tem avançado significativamente neste âmbito recentemente. A estratégia da Companhia consiste em expandir a sua presença no território nacional através de leilões ou aquisições.

Nos últimos dois anos, a Companhia arrematou oito lotes em leilões de transmissão realizados pela ANEEL, que adicionarão 1,2 mil km de extensão em suas linhas de transmissão com a adição de uma potência de 6,0 mil MVA ao seu portfólio. Os novos projetos têm CapEx de R\$ 2,5 bilhões da Companhia, resultando em uma previsão de incremento no RAP de aproximadamente R\$ 400 milhões, após a entrada em operação de todos os ativos.

Alinhada à estratégia de crescimento, em outubro de 2017, a Companhia adquiriu, pelo montante de R\$ 101 milhões, 75% do capital social da Interligação Norte e Nordeste ("IENNE"), passando a deter 100% do controle dessa subsidiária. Adicionalmente, conforme Fato Relevante divulgado em 06 de abril de 2018, a ISA CTEEP celebrou Contrato de Compra e Venda de Ações com a Cymi Construções e Participações S.A. ("CYMI") para a aquisição de 50% do capital social da Inteligação Elétrica Sul A.A. ("IE SUL") pelo montante de R\$ 20 milhões. A conclusão da aquisição ainda está sujeita a aprovação e anuência de determinados terceiros. Como resultado da operação, a Companhia passará a deter 100% do controle dessa subsidiária.

A evolução das 8 novas SPE's, adquiridas nos leilões nos últimos dois anos, é destacada na tabela abaixo, com as estimativas de avanço nas etapas. Os investimentos nas subsidiárias pré-operacionais estão em linha com o orçamento e cronograma desafiador estimados, que considera redução do CapEx em 15% e antecipação em 12 meses do prazo médio para entrada em operação.



Leilões	Subsidiárias	% ISA CTEEP	Localidade	Investimento ANEEL ² (R\$ MM)	RAP (R\$ MM)	Regime Fiscal 2018	Assinatura do Contrato	Prazo de Implementação ANEEL	Licenciamento Ambiental (LI)	Protocolo Projeto Básico	Aprovação Projeto Executivo	Enquadramento REIDI	Enquadramento Debêntures
Leilão 03/2015 ¹ 28/10/2016	IE Paraguaçu (Lote 3)	50%	Bahia Minas Gerais	510	110	Lucro Real	10/02/17	60 meses	3T19	✓	3T19	✓	✓
	IE Aimorés (Lote 4)	50%	Minas Gerais	341	74	Lucro Real	10/02/17	60 meses	3T19	✓	3T19	✓	✓
	IE Itaúnas (Lote 21)	100%	Espírito Santo	298	49	Lucro Presumido	10/02/17	60 meses	3T18	✓	3T18	✓	✓
Leilão 05/2016 24/04/2017	ERB (Lote 1)	50%	Paraná	1.937	267	Lucro Real	11/08/17	60 meses	1T20	✓	3T19	✓	✓
	IE Tibagi (Lote 5)	100%	São Paulo Paraná	135	18	Lucro Presumido	11/08/17	48 meses	4T18	✓	4T18	✓	✓
	IE Itaquaré (Lote 6)	100%	São Paulo	398	46	Lucro Presumido	11/08/17	48 meses	✓	✓	2T19	2T18	✓
	IE Itapura (Lote 25)	100%	São Paulo	126	11	Lucro Presumido	11/08/17	42 meses	✓	✓	2T18	✓	✓
	IE Aguapeí (Lote 29)	100%	São Paulo	602	54	Lucro Presumido	11/08/17	48 meses	1T19	2T18	2T19	✓	✓
Total				4.345	629								

¹ RAP considera correção da inflação do ciclo 2017/2018 conforme REH-ANEEL 2.258/2017, de 27/06/2017

² Considera investimento ANEEL para 100% do projeto na data base do leilão

DESEMPENHO OPERACIONAL

A ISA CTEEP é referência no setor quando se trata de desempenho e busca sempre a melhora de seus níveis de eficiência, acompanhando de forma minuciosa seus indicadores operacionais. Entre eles, destacam-se o Índice de Energia Não Suprida (IENS), obtido pela relação percentual entre o total de energia não suprida durante todas as ocorrências no ano e o total da demanda de energia suprida pela Companhia. No 1T18 o IENS totalizou $4,66 \times 10^{-6}$.

A ISA CTEEP é remunerada pela disponibilidade de seus ativos por meio da Receita Anual Permitida (RAP). Isso significa que qualquer indisponibilidade em seus ativos poderá acarretar perda de sua RAP, por meio de desconto na receita auferida (Parcela Variável - PV).

DESEMPENHO FINANCEIRO (Resultados Regulatórios)

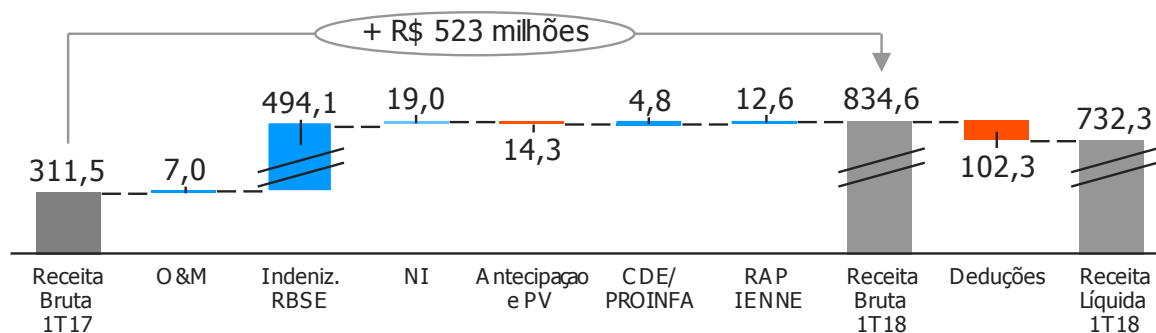
Receita Operacional

No 1T18, a receita operacional bruta consolidada atingiu R\$ 834,6 milhões, aumento de 168,0% em relação ao 1T17. Este aumento decorre, principalmente, do recebimento da RBSE no 1T18 (R\$ 494,1 milhões).

O incremento na receita bruta também é justificado pelo aumento da receita de O&M (+4,1%) como resultado do ajuste do ciclo da RAP pela variação do IPCA, da consolidação da IENNE e da entrada em operação de novos investimentos em reforços e melhorias (+36,9%).

Receita Operacional (R\$ milhões)	Consolidado		
	1T18	1T17	Var (%)
Disponibilidade da Rede Elétrica	333,8	304,3	9,7%
O&M	262,4	252,1	4,1%
NI	71,4	52,1	36,9%
RBSE	494,1	0,0	-
Outras	6,7	7,2	(6,7%)
Receita Bruta	834,6	311,5	168,0%
Deduções	(102,3)	(43,9)	133,2%
Receita Líquida	732,3	267,6	173,6%

As deduções da receita bruta referem-se aos impostos (PIS/COFINS) e encargos regulatórios (CDE, RGR, P&D, PROINFA, e Taxa de Fiscalização) e atingiram R\$ 102,3 milhões no 1T18, aumento de 133,2%, explicado, principalmente, pelo incremento de PIS e COFINS de R\$ 45,7 milhões referentes à RAP da RBSE no trimestre. A receita operacional líquida consolidada do 1T18 atingiu R\$ 732,3 milhões.





Custos e Despesas de O&M

Os custos e despesas, ex-depreciação, registraram queda de 5,4% no 1T18 vs. 1T17. Essa redução é explicada pelo impacto não recorrente de compensação de imposto. Excluindo esse efeito, os custos e despesas registraram incremento de 4% vs. inflação de 2,7% no período, explicado pela menor capitalização de pessoal nos projetos (R\$ 1 milhão, recorrente enquanto a Companhia estiver focada em crescimento) e maiores despesas com honorários (R\$ 2 milhões, sendo R\$ 1 milhão não recorrentes).

Custos e Despesas de O&M (R\$ milhões)	Consolidado		
	1T18	1T17	Var (%)
Pessoal	(77,7)	(75,6)	2,8%
Materiais	(3,0)	(2,4)	25,2%
Serviços	(27,4)	(23,7)	15,6%
Contingências	(1,9)	(2,8)	-32,3%
Outros	(3,9)	(15,9)	-75,6%
Sub -Total	(113,8)	(120,3)	-5,4%
Depreciação	(145,8)	(16,3)	792,7%
Total	(259,7)	(136,6)	90,0%

A variação nos custos e despesas reflete, principalmente:

- (i) queda na linha de outros impactada pela compensação, não recorrente, de R\$ 10,9 milhões de IPTU do município do São José dos Campos, decorrente da negociação da alíquota aplicada nos anos de 2007 e 2008 pela Prefeitura; parcialmente compensado pelo,
- (ii) aumento na linha de serviços em R\$ 3,7 milhões, em função do aumento de despesas com honorários advocatícios (não recorrente); e,
- (iii) aumento de gastos com pessoal em linha com a inflação do período, e com menor capitalização de pessoal nos projetos.

As despesas administrativas e os custos de O&M totais do 1T18 registraram aumento de 90,0%, em relação ao 1T17, atingindo R\$ 259,7 milhões, principalmente, pelo reconhecimento de R\$ 121,6 milhões de depreciação relativa à RBSE, que considera a amortização em 96 parcelas (8 anos) do valor de depreciação represado de janeiro de 2013 a junho de 2017.



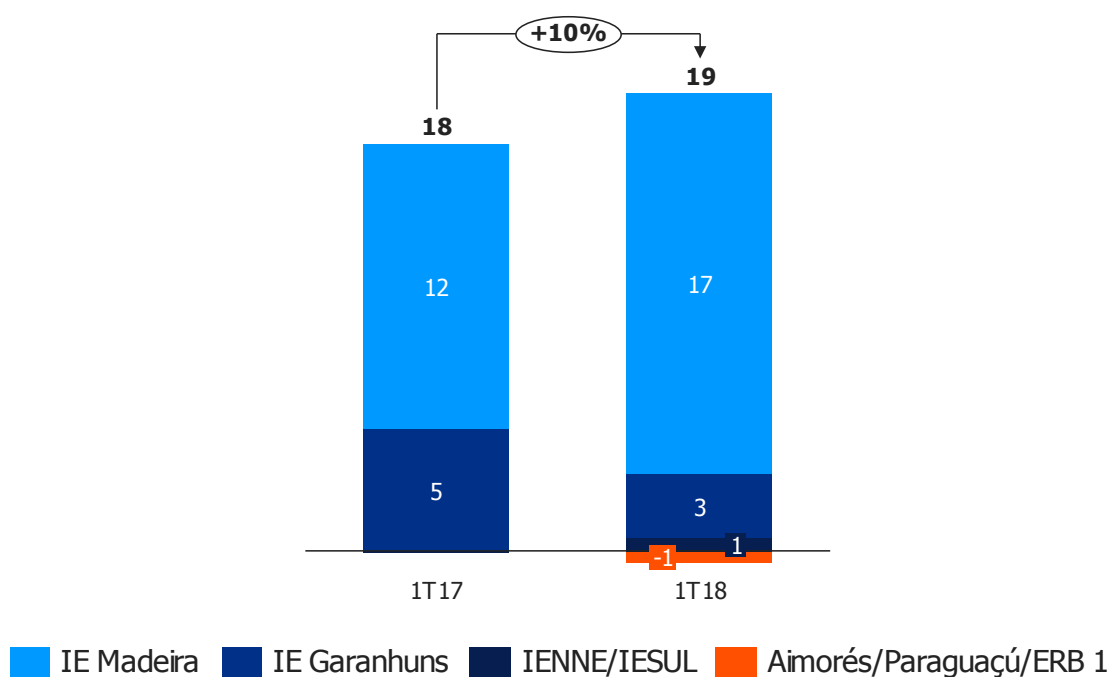
Equivalência Patrimonial

O resultado da equivalência patrimonial no 1T18 registrou receita de R\$ 19,3 milhões, aumento de R\$ 1,8 milhões em relação ao 1T17, quando alcançou receita de R\$ 17,5 milhões.

A variação no resultado da subsidiária IE Madeira decorre, principalmente, do aumento na receita líquida em função da variação do IPCA do ciclo da RAP 2017/2018 e da redução de custos e despesas.

A queda no resultado da subsidiária IE Garanhuns reflete principalmente, a redução na receita líquida pelo impacto negativo da revisão tarifária que alterou a WACC de 6,61% para 4,62%, reduzindo a RAP em 9%.

O valor registrado nas subsidiárias Aimorés, Paraguaçu e ERB1 refere-se às despesas administrativas na fase pré operacional dos projetos.





EBITDA e Margem

O EBITDA consolidado, conforme ICVM 527/12, atingiu R\$ 643,2 milhões no 1T18, aumento de R\$ 477,8 milhões comparado ao EBITDA registrado no 1T17, resultado, principalmente, do recebimento da RAP relativa à RBSE.

Para refletir de maneira mais adequada a geração de caixa operacional, a Companhia apresenta o EBITDA ajustado, que totalizou R\$ 684,0 milhões no 1T18 e margem de 93,4%. O EBITDA ajustado exclui a equivalência patrimonial e outros efeitos não recorrentes e/ou não caixa, além de incluir o EBITDA das coligadas (ponderado pela participação da ISA CTEEP).

EBITDA (R\$ milhões)	Consolidado		
	1T18	1T17	Var (%)
Lucro (prejuízo) líquido	305,3	92,7	229,4%
Tributos sobre o lucro (IR/CSLL)	156,2	26,5	488,9%
Resultado financeiro líquido	35,3	29,3	20,6%
Depreciações e amortizações	146,4	16,9	764,3%
EBITDA ICVM nº 527/12	643,2	165,4	288,9%
EBITDA Coligadas (ponderado pela participação ISA CTEEP)	69,9	68,7	1,8%
Equivalência Patrimonial	(19,3)	(17,5)	10,7%
Outras ¹	(9,8)	0,8	-1319,5%
EBITDA Ajustado	684,0	217,4	214,6%
Margem EBITDA Ajustado	93,4%	81,2%	12,2 p.p.
RBSE	(448,4)	0,0	-
EBITDA Ajustado ex-RBSE	235,6	217,4	8,4%
Margem EBITDA Ajustado ex-RBSE	83,0%	81,2%	1,7 p.p.

¹ inclui ressarcimento de IPTU, despesas com leilão e com comissões de êxito em contingências

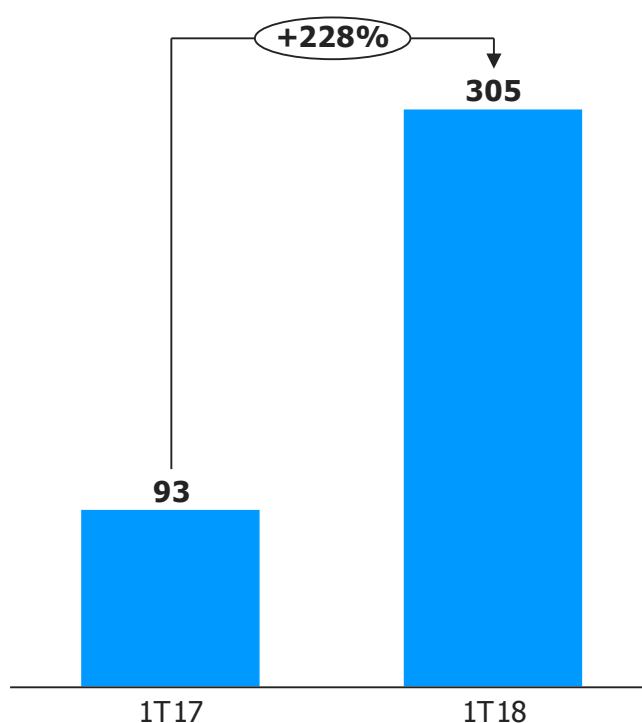
Resultado Financeiro

O resultado financeiro consolidado atingiu despesa de R\$ 35,3 milhões no 1T18, aumento de R\$ 6,0 milhões em relação ao 1T17, explicado principalmente: (i) pelo aumento nas variações monetárias e nos juros e encargos sobre empréstimos, decorrente do maior nível de endividamento da Companhia, que passou de R\$ 1,3 bilhão no 1T17 para R\$ 1,9 bilhão no 1T18 e pela consolidação da IENNE; (ii) devido à operação de *hedge* referente ao empréstimo pela Lei nº 4131, parcialmente compensados pela redução de juros sobre impostos parcelados (REFIS) pela adesão ao PERT no 3T17.

Resultado Financeiro (R\$ milhões)	Consolidado		
	1T18	1T17	Var (%)
Rendimento de aplicação financeira	10,9	10,3	6,0%
Variações monetárias líquidas	(9,6)	(7,8)	23,1%
Juros Passivos	(0,6)	(6,0)	(90,3%)
Juros e encargos sobre empréstimos	(31,7)	(25,2)	26,0%
Operação Swap	(4,2)	0,0	-
Outras	(0,1)	(0,6)	(83,1%)
Total	(35,3)	(29,3)	20,6%

Lucro Líquido

O incremento do lucro líquido do 1T18 foi impulsionado pelo recebimento da RBSE (R\$ 216 milhões).



Comparativo de Resultados (Regulatório vs. IFRS)

No IFRS, os investimentos que serão recebidos ao longo da concessão são registrados como ativo financeiro, gerando receita e custos de construção. A atualização do ativo financeiro gera a receita de remuneração da infraestrutura. No Regulatório, os investimentos são tratados como ativo imobilizado, são depreciados, considerando sua vida útil, e a RAP conforme o faturamento, no prazo da concessão.

As principais variações entre o resultado consolidado em IFRS e o Regulatório no 1T18, estão apresentadas abaixo:

DRE Consolidado IFRS vs. Regulatório	Regulatório 1T18	IFRS 1T18	Varição
Receita Operacional Bruta	835	627	207
Receita de uso da rede elétrica - RAP	334	0	334
Receita de Infraestrutura	0	80	-80
Receita de O&M	0	235	-235
Receita ativo da concessão	0	95	-95
Receita RBSE	494	211	284
Outras receitas	7	7	0
Deduções	-102	-81	-22
Receita Operacional Líquida	732	547	186
Custos de Infraestrutura	-	-76	76
Custos de O&M e Despesas Gerais	-114	-113	-1
Depreciação	-146	-2	-144
Resultado do Serviço	473	356	117
Equivalência Patrimonial	19	21	-2
Outras receitas (despesas) operacionais	5	5	0
Resultado Antes do Resultado Financeiro e Tributos	497	381	115
Resultado Financeiro	-35	-35	0
Lucro antes do IR & CSLL	461	346	115
IR & CSLL	-156	-106	-50
Lucro Líquido antes da participação do acionista não controlador	305	240	65
Participação do Acionista Não Controlador	-3	-3	0
Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	302	237	65

Receita: No IFRS considera-se a receita da implementação de infraestrutura e é reconhecida conforme os gastos incorridos. A receita de remuneração dos ativos de concessão é considerada uma receita financeira, reconhecida pela taxa de juros efetiva sobre o montante do principal, sendo, a taxa de juros aquela que iguala exatamente os recebimentos de caixa futuros apurados durante a vida estimada do ativo financeiro ao valor contábil inicial deste ativo. No Resultado Regulatório, a receita considerada é o faturamento (RAP).

Custos: No IFRS, considera-se custos de implementação de infraestrutura que não geram impacto no resultado, pois os efeitos são neutralizados pela receita de implementação de infraestrutura, que é calculada acrescentando-se às alíquotas de PIS e COFINS e outros encargos ao valor do custo do investimento.

Depreciação: No IFRS, o ativo da concessão não é considerado ativo imobilizado, e sim ativo financeiro. O imobilizado do IFRS refere-se substancialmente a bens utilizados pela Companhia e não vinculado ao contrato de concessão. No Resultado Regulatório, o ativo da concessão é considerado imobilizado, com sua respectiva depreciação.



Equivalência Patrimonial: Os principais efeitos da equivalência patrimonial acompanham as explicações da receita, custos e depreciação explicados acima.

IR/CSLL: No IFRS, o IR/CSLL são provisionados mensalmente, obedecendo ao regime de competência e apurados conforme previsto na Lei 12.973/14. A Companhia adota ao regime de lucro real com estimativa mensal, e as controladas adotam lucro presumido trimestral. A partir de julho de 2017, a Companhia iniciou o pagamento de IR/CSLL (corrente) sobre o faturamento da RBSE. A alíquota efetiva consolidada do 1T18 foi de 30,5%.

PROVENTOS

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, a ISA CTEEP prevê a distribuição de dividendo mínimo que seja o maior valor entre R\$ 359 milhões e 25% do lucro líquido do exercício. Adicionalmente, está prevista a possibilidade do pagamento de dividendos extraordinários.

Em 12 de abril de 2018, a Assembleia Geral Ordinária da Companhia aprovou a distribuição de dividendos referente ao exercício social de 2017, no montante de R\$ 585 milhões, equivalente a R\$ 3,552029 por ação de ambas as espécies. Durante o exercício social de 2017 foram pagos R\$ 500 milhões e o remanescente (R\$ 85 milhões) será pago em 15 de junho de 2018.

A Companhia estuda uma Política de Dividendos que será divulgada ao mercado tão logo seja aprovada pelo Conselho de Administração.

ENDIVIDAMENTO

O baixo nível de alavancagem da Companhia permite o financiamento do ciclo de crescimento previsto para os próximos anos. No primeiro trimestre de 2018, a dívida bruta manteve-se no mesmo patamar daquela verificada em 31 de dezembro de 2017, enquanto a dívida líquida apresentou redução de 9,5%.

A redução da dívida líquida é explicada pelo incremento nas disponibilidades em função do fluxo de recebimento da RBSE.

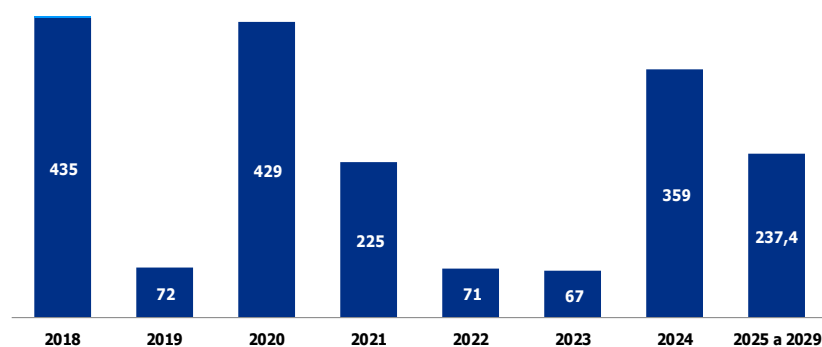
Empréstimos e Financiamentos (R\$ milhões)	31/03/18	31/12/17	Var (%)
Dívida Bruta	1.928,9	1.943,0	-0,7%
Curto Prazo	445,6	451,4	-1,3%
Longo Prazo	1.483,4	1.491,5	-0,5%
Disponibilidades Consolidadas	728,0	616,7	18,1%
Disponibilidades ISA CTEEP e Controladas	526,5	401,7	31,1%
Disponibilidades Controladas em Conjunto*	201,4	214,9	-6,3%
Dívida Líquida Consolidada	1.201,0	1.326,3	-9,5%

*Os recursos da Companhia estão concentrados em fundos de investimentos exclusivos, que também são utilizados para investimento pelas empresas controladas e controladas em conjunto, e referem-se a quotas de fundos de investimentos com alta liquidez, prontamente conversíveis em montante de caixa, independentemente do vencimento dos ativos neles alocados.

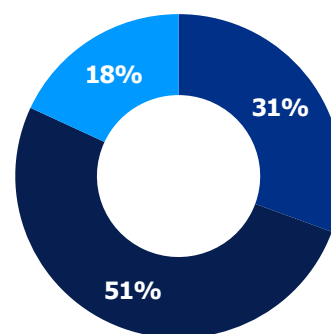
Os *covenants* e as exigências estabelecidas em todas as emissões estão sendo devidamente cumpridos pela Companhia. Para os anos de 2018, 2019 e 2020, o indicador Dívida Líquida/EBITDA é de 3,0x. Maiores detalhes sobre os indicadores financeiros estão disponíveis no anexo V deste documento.

O custo médio da dívida consolidada passou de 8,29% a.a. em 31 de dezembro de 2017 para 7,96 % a.a. em 31 de março de 2018. O IPCA dos últimos 12 meses foi de 2,68% e o CDI anualizado de março foi de 6,57%. O prazo médio da dívida consolidada em 31 de março de 2018 era de 3,6 anos, comparado a 3,3 anos em 31 de dezembro de 2017.

Cronograma de Amortização da Dívida (R\$ milhões)



Contratação da Dívida e Indexação 31/03/2018



■ BNDES - TJLP ■ Debêntures - CDI/IPCA ■ Outros

Em 04 de maio de 2018 a Companhia concluiu a captação de recursos através de sua 7ª emissão de debêntures no montante de R\$ 621 milhões com vencimento em 2025. O montante será atualizado monetariamente pela variação do IPCA. Sobre o montante atualizado das debêntures incidirão juros remuneratórios correspondentes a 4,70% ao ano, base 252, calculado de forma exponencial e cumulativa pro rata temporis, desde a primeira data de subscrição e integralização, até a data de seu efetivo pagamento. A remuneração será paga semestralmente, a partir da data de emissão, sempre no dia 15 dos meses de outubro e de abril, sendo o primeiro pagamento a ser realizado em 15 de outubro de 2018 e, o último pagamento, na data de vencimento das debêntures, em 15 de abril de 2025.

Esta é a primeira emissão do setor de transmissão enquadrada como *Green Bond* no Mercado de Capitais Local e é classificado como "Debêntures Verdes", com base no desempenho socioambiental satisfatório, avaliado por parecer independente de consultoria especializada, e considerando sua contribuição para transmissão de energia renovável.

Os recursos serão utilizados para aporte nos empreendimentos ERB, IE Aguapei, IE Aimorés, IE Itapura, IE Itaquerê, IE Itaúnas, IE Paraguaçu, e IE Tibagi, oriundos dos leilões de outubro de 2016 e abril de 2017, realizados entre 2017 e 2019, por meio de aporte de capital. Com essa emissão, a ISA CTEEP reforça sua estratégia de buscar fontes competitivas de financiamento, além do seu compromisso com a sustentabilidade

INVESTIMENTOS

A ISA CTEEP, suas controladas e coligadas investiram R\$ 97,3 milhões no 1T18:

- (i) R\$ 71,6 milhões foram investidos nas subsidiárias pré-operacionais, para o pagamento de taxas para obtenção de licenciamento ambiental, adiantamento de pagamento a fornecedores e negociações fundiárias;
- (ii) R\$ 18,3 milhões foram investidos em reforços e melhorias, que geram receita adicional à Companhia com o crescimento orgânico; e,
- (iii) R\$ 6,2 milhões foram investidos nas subsidiárias operacionais

Os investimentos nas subsidiárias pré operacionais estão em linha com o orçamento e cronograma desafiador previstos. É importante ressaltar que os principais fluxos de investimentos destas subsidiárias ocorrem no 3º e 4º ano de suas respectivas obras.

Os investimentos em reforços e melhorias estão em linha com o orçamento previsto para o trimestre. Os investimentos não são comparáveis entre trimestres, pois possuem carteiras de projetos distintos e dependem de Resoluções Autorizativas da ANEEL.

O crescimento dos investimentos nas subsidiárias operacionais reflete principalmente o CapEx adicional na IE Madeira para resolver as pendências impeditivas.

Investimentos		1T18	1T17	Var (%)
(R\$ milhões)				
Reforços e Novas Conexões		17.7	42.5	-58%
Modernizações e Melhorias		0.6	-	-
Outros		1.2	-	-
ISA CTEEP		19.5	42.5	-54%
Operacionais		6.2	1.7	260%
Pré-operacionais		71.6	0.2	34334%
IE Itaúnas (Lote 21)*	100%	29.6	-	-
IE Aimorés (Lote 3)*	50%	3.9	0.1	4536%
IE Paraguaçu (Lote 4)*	50%	5.8	0.1	4590%
ERB (Lote 1)**	50%	11.1	-	-
IE Tabagi (Lote 5)**	100%	0.6	-	-
IE Itaquerê (Lote 6)**	100%	15.5	-	-
IE Itapura (Lote 25)**	100%	3.2	-	-
IE Iguapeí (Lote 29)**	100%	1.9	-	-
Total Subsidiárias		77.8	1.9	3907%
Total		97.3	44.4	119%

* Lotes adquiridos no Leilão 03/2015 de 28 de outubro de 2016

** Lotes adquiridos no Leilão 05/2016 de 24 de abril de 2017

Nota: Os investimentos realizados são demonstrados na visão competência



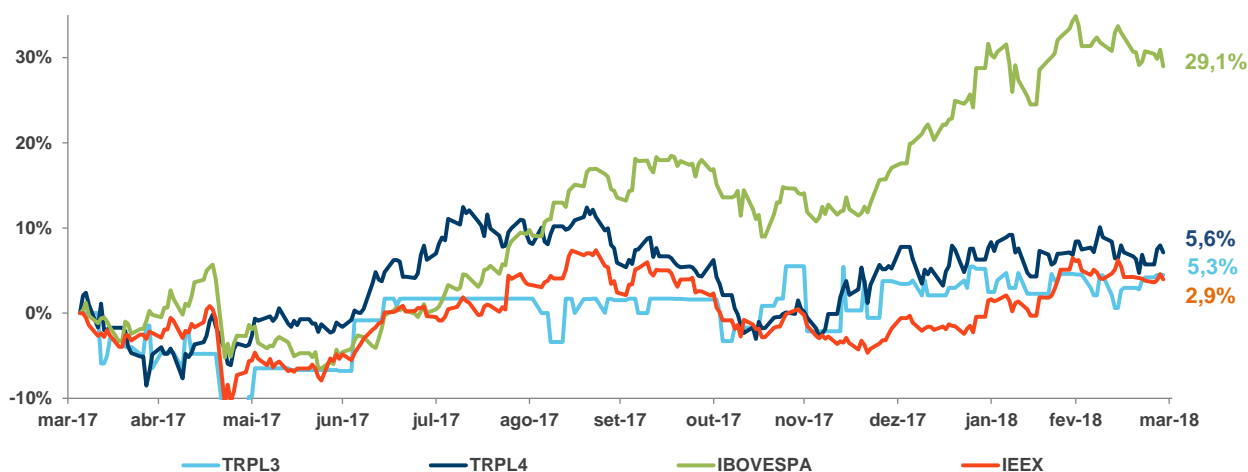
MERCADO DE CAPITAIS

A ISA CTEEP possui ações ordinárias ("TRPL3") e ações preferenciais ("TRPL4") listadas e negociadas na Bolsa de Valores de São Paulo ("B3") e integra, desde 2002, o Nível 1 de Governança Corporativa, valorizando a ética e transparência no relacionamento com acionistas e demais *stakeholders* da Companhia. As ações da Companhia integram diversos índices, entre eles o Índice de Governança Corporativa ("IGCT"), em que estão listadas as empresas com padrões diferenciados de governança corporativa e o Índice Brasil 100 ("IBrX 100"), que reúne as ações mais negociadas na B3. Adicionalmente, a Companhia participa do programa de American Depositary Receipts ("ADRs") – Regra 144A, nos Estados Unidos sob os códigos "CTPTY" (ação ordinária) e "CTPZY" (ação preferencial).

As ações ordinárias e preferenciais da ISA CTEEP encerraram o primeiro trimestre de 2018 cotadas a R\$ 59,85 e R\$ 66,50, respectivamente. O valor de mercado da Companhia, em 31 de março de 2018, era de R\$ 10,5 bilhões.

Nos últimos 12 meses findo em 31 de março de 2018, as ações preferenciais da ISA CTEEP apresentaram volume médio diário de negociação na B3 de R\$ 22,6 milhões, com média de 2 mil negócios por dia de TRPL4.

Desempenho (base 100)



OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES

Renovação da Concessão - Contrato 059/2001 (RBNI/RBSE)

No dia 12 de setembro de 2012, foi publicada a Medida Provisória 579/2012 ("MP 579") que regulamentou a prorrogação das concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica. De acordo com a medida, as concessões vencidas ou a vencer nos 60 meses subsequentes à publicação da MP, tinham a opção de ter o vencimento antecipado para dezembro de 2012, com prorrogação pelo prazo de até 30 anos.

Em 01 de novembro de 2012, o Ministério de Minas e Energia (MME), publicou a Portaria Interministerial nº 580, em que foram definidos os valores da reversão para as instalações energizadas a partir de 01 de junho de 2000, ou seja, da Rede Básica de Novas Instalações ("RBNI"). O montante definido para a ISA CTEEP foi de R\$ 2,9 bilhões. Na mesma data, o MME divulgou a Portaria Interministerial nº 579 que definiu o valor da RAP da ISA CTEEP em R\$ 515,6 milhões, a partir de 01 de janeiro de 2013, que representou redução de aproximadamente 75% da RAP.

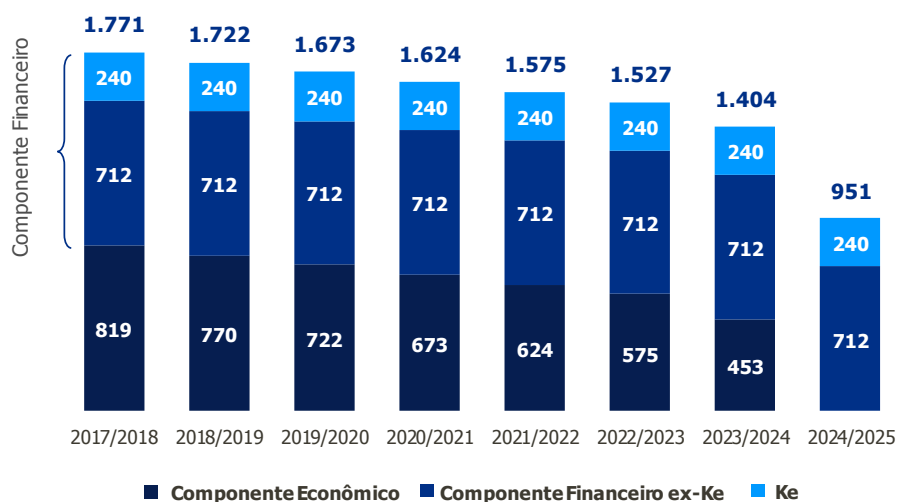
Em 29 de novembro de 2012, foi publicada a Medida Provisória 591 autorizando o Poder Concedente a pagar o valor relativo aos ativos não depreciados existentes anteriormente a 31 de maio de 2000, ou seja da Rede Básica do Sistema Elétrico ("RBSE").

Em dezembro de 2012, foi realizada Assembleia Geral Extraordinária para a definição da antecipação do vencimento da concessão do Contrato 059/2001, conforme proposto na MP 579. Foi aprovada pelos acionistas da Companhia, por unanimidade, a prorrogação do contrato de concessão, nos termos da Lei 12.783/2013, ficando a concessão prorrogada até dezembro de 2042 e garantindo à Companhia o direito ao recebimento dos valores relativos aos ativos do RBNI e do RBSE.

Os valores referentes aos ativos do RBNI, equivalentes a R\$ 2,9 bilhões, foram recebidos entre os anos de 2013 e 2015. Para os ativos relativos ao RBSE foi requerido laudo de avaliação independente avaliando os investimentos a Valor Novo de Reposição ("VNR") ajustado pela depreciação até 31 de dezembro de 2012. Em dezembro de 2015 foi homologado pela ANEEL o valor dos ativos do RBSE para a ISA CTEEP em R\$ 3,9 bilhões.

Em abril de 2016, foi emitida a Portaria nº 120 do MME que determinou que os valores homologados pela ANEEL, relativos às instalações do RBSE, passassem a compor a Base de Remuneração Regulatória das concessionárias de transmissão de energia elétrica a partir do processo tarifário de 2017, pelo prazo estimado de 8 anos.

Através do Despacho ANEEL nº 1.484/17, de maio de 2017, o valor total da RBSE para a ISA CTEEP foi definida em R\$ 4,1 bilhões. O impacto inicial dos valores da RBSE foi o reconhecimento contábil em IFRS em setembro de 2016, conforme condições estabelecidas na Portaria nº 120 do MME, e no resultado regulatório os impactos podem ser percebidos a partir do início do recebimento, em julho de 2017. A expectativa do recebimento (líquido de PIS/COFINS, na data base de jun/2017) totaliza R\$ 12 bilhões até 2025, , conforme cronograma abaixo:



Premissas conforme REN ANEEL nº762/2017

IPCA (dez/12-jun/17): 34,45%

WACC: 6,64%

Custo de Capital próprio (Ke): 10,74% (1º sem/13) e 10,44% (jul/13 até jun/17)

Valores estimados. WACC será definido na revisão tarifária e a base de ativos está sujeita a baixas



Por força de decisão judicial liminar, que determinou em caráter provisório, que a ANEEL recalculasse a RAP, excluindo o custo de capital (Ke) da parcela de "remuneração", a Companhia tem recebido, 85% do valor da RBSE, desde julho de 2017

Em fevereiro de 2018, o MME disponibilizou texto com as sugestões da reforma do Setor Elétrico, compilando parte das contribuições recebidas pela Consulta Pública (CP) 33/2017. Para o pagamento da RBSE, o texto propunha a mesma solução da privatização da Eletrobras: (i) substituir, na parcela do componente financeiro, a correção do custo de capital próprio (Ke) pela WACC e (ii) aumentar o prazo estipulado de pagamento de 8 anos para o prazo remanescente na concessão (~25 anos).

Em maio de 2018, foi divulgado relatório do Deputado José Carlos Aleluia, no âmbito do projeto de lei de desestatização da Eletrobras, em que mantém o prazo de 8 anos para o pagamento do componente financeiro, conforme Portaria MME 120/2016, além de ampliar a sua aplicação a todos os transmissores.

Principais Litígios

Plano de Complementação de Aposentadoria – Lei 4.819/58

O plano de complementação de aposentadoria, regido pela Lei Estadual 4.819/58 aplica-se aos empregados de autarquias e de sociedades anônimas em que o Estado de São Paulo fosse detentor da maioria das ações com direito de controle admitidos até 13 de maio de 1974.

Os recursos necessários para fazer face aos encargos assumidos nesse plano são de responsabilidade do Governo do Estado de São Paulo, cuja implementação ocorreu conforme convênio firmado entre a Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo (SEFAZ) e a Companhia, em 10 de dezembro de 1999. A forma de pagamento da complementação da aposentadoria foi através de um fluxo mensal com origem na SEFAZ. Esta realizava uma transferência da quantia a ser paga para a ISA CTEEP e a Companhia realizava a transferência deste mesmo valor para a Fundação CESP, que então repassava aos aposentados.

A partir de janeiro de 2004, o pagamento aos aposentados passou a ser processado diretamente pela SEFAZ. Com essa mudança de processo, foram verificadas glosas que deveriam ser aplicadas, como por exemplo, benefícios acima do teto (equivalente ao salário do governador do Estado de São Paulo). Desta forma, a SEFAZ passou a excluir este excedente do valor do benefício pago aos aposentados.

Ação Coletiva

Em junho de 2005, após decisão desfavorável na Justiça Comum, a Associação dos Aposentados da Funcesp ("AAFC") obtém liminar na Justiça do Trabalho, determinando que a quantia integral paga anteriormente seja mantida. Desde então, o processamento do pagamento dos benefícios voltou ao modelo original, em que a responsabilidade era da Fundação CESP, porém a SEFAZ transfere a quantia ajustada e a ISA CTEEP faz a complementação para que o pagamento aos aposentados seja feito de maneira integral, conforme estabelecido em liminar.

Em 2017, a referida liminar foi cassada e então a ISA CTEEP deixou de fazer o pagamento da complementação entre os meses de agosto e dezembro, com impacto caixa equivalente a cerca de R\$ 50 milhões. Em dezembro de 2017, entretanto, o Ministro Alexandre Moraes, do Supremo Tribunal Federal ("STF"), concedeu nova liminar, obrigando a Companhia a retomar o complemento para pagamento do valor integral. A Companhia recorreu da decisão, e aguarda julgamento do STF.

Ação de Cobrança

Desde 2005 a SEFAZ respassa à Companhia valor inferior ao necessário para o cumprimento do pagamento integral aos aposentados (~70%), por força da decisão liminar da 49ª Vara do Trabalho. A ISA CTEEP tem feito então a complementação para pagamento integral dos benefícios aos aposentados (~30%). Essa complementação realizada pela ISA CTEEP está sendo cobrada, através de uma ação contra a SEFAZ.

Esta ação de cobrança foi julgada favorável à Companhia em 2ª instância. Em agosto de 2017, a SEFAZ interpôs Recurso Especial para o STJ que aguarda análise de admissibilidade. Em 31 de março de 2018, o



valor registrado no balanço da Companhia era de R\$ 1,9 bilhão, líquido da provisão para perdas sobre realização de créditos realizada em 2013.

Ação de Cobrança da Eletrobras contra a Eletropaulo e EPTE

Em 1986, a Centrais Elétricas Brasileiras S.A. ("Eletrobras") ajuizou ação ordinária de cobrança contra a Eletropaulo, referente a saldo de contrato de financiamento. Em 1997 a Eletropaulo realizou uma cisão parcial, que implicou na constituição da EPTE e de outras empresas. As obrigações de qualquer natureza referente a atos praticados até a data da cisão são de responsabilidade exclusiva da Eletropaulo, exceto as contingências passivas cujas provisões tivessem sido alocadas às incorporadoras. A provisão relacionada à ação de cobrança da Eletrobras não foi alocada à EPTE e, portanto, a administração da ISA CTEEP e seus assessores legais entendem que a contingência é exclusivamente da Eletropaulo.

Houve, entretanto, durante a cisão, um depósito judicial no valor histórico de R\$ 4,00 à EPTE realizado pela Eletropaulo, referente ao valor que a empresa entendia ser devido à Eletrobras como saldo do contrato de financiamento.

Em outubro de 2001, a Eletrobras promoveu execução de sentença referente ao contrato de financiamento e cobrou R\$ 429 milhões da Eletropaulo e R\$ 49 milhões da EPTE, entendendo que a EPTE satisfaria o pagamento desta parte com os recursos corrigidos do citado depósito judicial. A ISA CTEEP incorporou a EPTE em novembro de 2001, sucedendo-a nas suas obrigações e direitos.

Em outubro de 2017, a Eletrobras e Eletropaulo celebraram Termo de Entendimento e requereram a suspensão do processo para uma eventual mediação. Em 9 de março de 2018, a Eletropaulo aprovou a celebração de acordo, no montante de R\$ 1,5 bilhão, para quitar o débito oriundo desse processo judicial. No despacho de homologação do acordo, em abril de 2018, a ISA CTEEP foi excluída do processo.



ANEXOS

Anexo I - Balanço Patrimonial Regulatório

Ativo (R\$ mil)	CONSOLIDADO	
	31/03/18	31/12/17
CIRCULANTE		
Caixa e equivalentes de caixa	11.749	6.585
Aplicações Financeiras	716.226	610.066
Contas a Receber	230.727	210.469
Estoques	17.085	18.831
Tributos e contribuições a compensar	132.735	14.162
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	0	0
Despesas Antecipadas	40.927	4.607
Crédito com controladas	490	903
Outros	66.666	60.870
	1.216.605	926.493
NÃO CIRCULANTE		
Realizável a longo prazo		
Contas a Receber	14.974	20.329
Valores a Receber - Secretaria da Fazenda	1.363.119	1.312.791
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	0	0
Cauções e Depósitos Vinculados	66.571	66.414
Outros	43.228	36.674
	1.487.892	1.436.208
Investimentos	1.218.871	1.173.378
Imobilizado	7.336.924	7.441.984
Intangível	137.603	118.686
	8.693.398	10.170.256
Total do Ativo	11.397.895	11.096.749



Passivo e Patrimônio Líquido (R\$ mil)	CONSOLIDADO	
	31/03/18	31/12/17
CIRCULANTE		
Empréstimos e financiamentos	261.786	268.589
Debêntures	183.773	182.852
Instrumentos financeiros derivativos	0	0
Fornecedores	49.255	69.923
Tributos e Encargos sociais a recolher	224.543	90.502
Impostos parcelados	0	57.997
Encargos Regulatórios a recolher	32.399	16.550
Juros sobre o Capital Próprio / Dividendos a pagar	3.111	3.112
Provisões	29.714	36.344
Valores a Pagar - Fundação CESP	3.309	2.056
Outros	57.876	61.179
	845.766	789.104
NÃO CIRCULANTE		
Exigível a longo prazo		
Empréstimos e Financiamentos	677.182	690.541
Debêntures	806.204	801.007
Impostos parcelados	0	0
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	810.693	831.111
PIS e Cofins Diferidos	0	0
Encargos Regulatórios a recolher	40.848	54.250
Provisões	125.321	121.553
Obrigações vinculadas à concessão do serviço	318.578	24.053
Outros	27.455	327.579
	2.806.281	2.850.094
Participação de Acionista não Controlador	201.431	214.939
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Capital Social	3.590.020	3.590.020
Reservas de Capital	666	666
Reservas de Lucros	1.402.336	1.994.141
Reserva de Reavaliação	2.249.590	2.301.266
Lucros/Prejuízos Acumulados	301.805	(643.481)
	7.745.848	7.457.551
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido	11.397.895	11.096.749



Anexo II - Demonstração de Resultado Regulatório

Demonstração de Resultado (R\$ mil)	Consolidado		
	1T18	1T17	Var (%)
Receita Operacional Bruta	834.640	311.490	168,0%
Disponibilidade da Rede Elétrica	827.908	304.276	172,1%
Outras	6.732	7.214	(6,7%)
Deduções à Receita Operacional	(102.316)	(43.872)	133,2%
Receita Operacional Líquida	732.324	267.618	173,6%
Custos e Despesas Operacionais	(259.668)	(136.638)	90,0%
Pessoal	(77.724)	(75.588)	2,8%
Material	(3.016)	(2.408)	25,2%
Serviços	(27.374)	(23.687)	15,6%
Outros	(151.554)	(34.954)	333,6%
Resultado do Serviço	472.656	130.980	260,9%
Resultado Financeiro	(35.293)	(29.269)	20,6%
Rendimento de Aplicações Financeiras	10.886	10.267	6,0%
Resultado da Variação Monetária Líquida	(9.620)	(7.816)	23,1%
Juros Ativo/Passivos	(580)	(5.950)	
Juros/Encargos sobre empréstimos	(31.704)	(25.154)	26,0%
Swap	(4.171)	0	
Outras	(104)	(616)	(83,1%)
Resultado Operacional	437.363	101.711	330,0%
Equivalência Patrimonial	19.347	17.483	10,7%
Outras Receitas/Despesas Operacionais	4.747	(7)	(67914,3%)
Resultado Anterior aos Tributos	461.457	119.187	287,2%
Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	(156.192)	(26.521)	488,9%
Corrente	(176.613)	(20.745)	751,4%
Diferido	20.421	(5.776)	(453,5%)
Lucro/Prejuízo Consolidado do Período Antes da Participação do Acionista não Controlador	305.265	92.666	229,4%
Participação do Acionista não Controlador	(3.460)	(5.848)	100,0%
Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	301.805	86.818	247,6%



Anexo III – Fluxo de Caixa Indireto – Regulatório

Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais	CONSOLIDADO
	1T18
Caixa Líquido Atividades Operacionais	259.864
Caixa Gerado nas Operações	454.296
Lucro Líquido	305.265
Depreciações e amortizações	145.819
Tributos diferidos	(20.421)
Provisão para contingências	(54)
Valor residual de ativo permanente baixado	1.034
Amortização de ágio	9
Amortização de ágio Evrecy	597
Resultado de equivalência patrimonial	(19.347)
Reversão da perda em controlada em conjunto	(535)
Resultado de aquisição de controle	0
Juros e variações cambiais sobre ativos e passivos	41.929
Variações nos Ativos	-239.832
Concessionárias e Permissionárias	(14.903)
Almoxarifado Operacional	1.746
Valores a Receber - Secretaria da Fazenda	(50.328)
Tributos Compensáveis	(118.573)
Cauções e depósitos vinculados	462
Despesas antecipadas	(36.320)
Serviços em curso	(2.834)
Crédito com controladas	413
Outros	(19.495)
Variações nos Passivos	45.400
Fornecedores	(20.670)
Obrigações Sociais e Trabalhistas	134.050
Impostos parcelados - Lei nº 11.941	(58.146)
Encargos regulatórios	1.797
Provisões	(6.630)
Valores a Pagar Funcesp	1.253
Obrigações vinculadas à concessão do serviço	0
Outros	(6.254)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos	-198.986
Compras de imobilizado	(64.966)
Aplicações financeiras	(119.820)
Intangível	0
Investimento	(14.200)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento	-55.714
Adições Empréstimos	697
Pagamentos Empréstimos (principal)	(26.442)
Pagamentos Empréstimos (juros)	(26.508)
Transações com acionistas não controladores	(3.460)
Dividendos Pagos	(1)
Varição de Caixa e Equivalentes	5.164
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	6.585
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	11.749
Saldo Final de Caixa e Equivalentes	5.164

Anexo IV – Resultado Regulatório Coligada IEMadeira e IEGaranhuns (51% ISA CTEEP)

Demonstração do Resultado (R\$ milhões)	IE MADEIRA		
	1T18	1T17	Var (%)
Receita Operacional Bruta	145,3	136,3	6,6%
Deduções à receita operacional	(18,8)	(17,8)	5,1%
Receita operacional líquida	126,6	118,5	6,8%
Custos e Despesas	(9,4)	(10,8)	-13,3%
Depreciação	(34,1)	(34,2)	-0,3%
Lucro Bruto	83,1	73,5	13,2%
Resultado Financeiro	(45,4)	(44,0)	3,3%
Lucro antes do IR & CSLL	37,7	29,5	27,8%
IR & CSLL*	(5,3)	(5,3)	-0,1%
Lucro líquido	32,3	24,1	34,0%
Participação CTEEP	16,5	12,3	34,0%

(*) Possui empreendimentos relativos a infraestrutura de linhas de transmissão e subestação de energia elétrica, em operação nas áreas de atuação da SUDAM, cujos benefícios foram concedidos nos meses de dezembro 2014 e dezembro de 2015, respectivamente. O prazo de fruição do benefício fiscal é de 10 anos com redução de 75% do imposto sobre a renda e adicionais.

Demonstração do Resultado (R\$ milhões)	IE GARANHUNS		
	1T18	1T17	Var (%)
Receita Operacional Bruta	23,5	27,3	-13,6%
Deduções à receita operacional	(2,7)	(3,6)	-24,0%
Receita operacional líquida	20,8	23,7	-12,1%
Custos e Despesas	(3,3)	(3,6)	-9,0%
Depreciação	(6,2)	(6,1)	2,3%
Lucro Bruto	11,3	14,0	-19,1%
Resultado Financeiro	(4,2)	(5,5)	-23,9%
Outras Receitas e Despesas	0,0	1,1	-
Lucro antes do IR & CSLL	7,2	9,6	-25,6%
IR & CSLL*	(1,9)	0,8	-328,8%
Lucro líquido	5,3	10,5	-49,3%
Participação CTEEP	2,7	5,3	-49,3%

(*) Possui empreendimentos relativos a infraestrutura de linhas de transmissão e subestação de energia elétrica, em operação nas áreas de atuação da SUDENE, cujo benefício foi concedido no mês de dezembro 2016. O prazo de fruição do benefício fiscal é de 10 anos com redução de 75% do imposto sobre a renda e adicionais.

Anexo V - Composição do Endividamento Consolidado (R\$ mil)

Fontes	Encargos	Vencimentos	31/03/2018	31/12/2017
BNDES	TJLP + 1,80% a.a.	15/03/29	210,1	214,2
	3,50% a.a.	15/01/24	59,5	61,9
	TJLP	15/03/32	159,1	155,6
	4,00% a.a.	15/08/18	0,0	0,1
	6,00% a.a.	15/11/19	3,8	4,4
Debêntures - CTEEP				
3ª Emissão - Série única	116% CDI	26/12/18	172,8	169,4
4ª Emissão - Série única	IPCA + 6,04% a.a.	15/07/21	159,3	155,2
5ª Emissão - Série única	IPCA + 5,04% a.a.	15/02/24	303,0	309,1
6ª Emissão - Série única	105,65% CDI	13/12/20	354,9	350,1
Outros - CTEEP				
Lei 4131 - BTMU	Libor 3M + 0,28% a.a.	17/07/18	167,6	166,0
Eletrobras	8% a.a.	15/11/21	0,1	0,1
Arrendamento Mercantil			0,8	0,1
Total Dívida Bruta CTEEP			1.591,1	1.586,4
IEMG	TJLP + 2,39% a.a.	15/04/23	26,6	27,9
PINHEIROS	TJLP + 2,62% a.a.	15/05/26	28,5	30,6
	TJLP + 5,5% a.a.	15/01/21	29,7	31,0
	TJLP + 3,50% a.a.	15/04/23	9,2	5,5
	TJLP + 2,06% a.a.	15/02/28	5,4	9,7
	TJLP + 1,95% a.a.	15/05/26	31,2	32,1
SERRA DO JAPI	TJLP + 1,55% a.a.	15/05/26	27,0	27,8
	8,50% a.a.	19/05/30	180,2	182,6
IENNE	CDI + 0,56% a.m.	16/01/18	0,0	9,3
Total Dívida Bruta Subsidiária			337,9	356,5
Total Dívida Bruta Consolidado (R\$ mil)			1.928,9	1.942,9



BNDES (apuração anual)		Debêntures de Infraestrutura (4ª e 5ª emissão) Crédito Internacional - Lei 4131 (apuração trimestral)		Debêntures Simples (apuração trimestral)	
Dívida Líquida 31/03/2018	2.421	Dívida Líquida 31/03/2018	1.201	Dívida Líquida 31/12/2017	1.201
EBITDA BNDES últimos 12 meses	1.977	EBITDA Debêntures últimos 12 meses	1.766	EBITDA Debêntures últimos 12 meses	2.004
Dívida Líquida/EBITDA BNDES 31/03/2018	1,22	Dívida Líquida/EBITDA Debêntures 31/03/2018	0,68	Dívida Líquida/EBITDA Debêntures 31/03/2018	0,60
Patrimônio Líquido 31/03/2018	11.321	Resultado Financeiro 31/03/2018	72	Resultado Financeiro 31/03/2018	91
Dívida Líquida/Dívida Líquida + PL 31/03/2018	0,18	EBITDA Debêntures/Resultado Financeiro 31/03/2018	24,45	EBITDA Debêntures/Resultado Financeiro 31/03/2018	22,08

Os principais indicadores financeiros (**covenants**) que a ISA CTEEP está submetida são estabelecidos conforme abaixo:

Os Contratos de financiamento com **BNDES** (válidos para o ano de 2018) devem cumprir os indicadores financeiros máximos de: Dívida Líquida/EBITDA Ajustado BNDES $\leq 3,0$ e Dívida Líquida/(Dívida Líquida + Patrimônio Líquido) $\leq 0,6$, apurados ao final de cada exercício social. Para fins de cálculo e comprovação dos referidos índices, a Companhia deverá consolidar todas as controladas e controladas em conjunto (de forma proporcional à sua participação), desde que detenha participação acionária igual ou superior a 10%.

A **3ª emissão de Debêntures** exige o cumprimento integral dos indicadores financeiros contidos nos contratos de financiamento de BNDES.

A **4ª emissão de Debêntures** deve cumprir com periodicidade de apuração trimestral, os indicadores financeiros estabelecidos na escritura que são Dívida Líquida/EBITDA Ajustado $< 3,5$ e EBITDA Ajustado/Resultado Financeiro $> 1,5$ até a apuração realizada com data-base de 30 de junho de 2017 e, a partir da apuração realizada com a data-base de 30 de setembro de 2017, passa a ser esse o indicador $> 2,00$.

A **5ª emissão de Debêntures** exige o cumprimento dos indicadores estabelecidos na escritura, com periodicidade de apuração trimestral, que são Dívida Líquida/EBITDA Ajustado $< 3,5$ e EBITDA Ajustado/Resultado Financeiro $> 1,5$ até a apuração realizada com data-base de 30 de junho de 2017 e, a partir da apuração realizada com a data-base de 30 de setembro de 2017, o indicador passa a ser $> 2,00$.

A **6ª emissão de Debêntures** exige o cumprimento dos indicadores estabelecidos na escritura, com periodicidade de apuração trimestral que são Dívida Líquida/EBITDA Ajustado $< 3,5$ e EBITDA Ajustado/Resultado Financeiro $> 2,0$ a partir da apuração realizada com a data-base de 30 de março de 2018.

O contrato de **Credit Agreement (4131)** apresenta para o período da operação os seguintes indicadores financeiros máximos, com periodicidade de apuração trimestral: Dívida Líquida/EBITDA Ajustado $< 3,5$ e EBITDA Ajustado/Despesa com Juros Líquida $\geq 2,0$.

Anexo VI - Composição do Endividamento das Coligadas - (R\$ mil)

Empresa	Fontes	Encargos	Término da Garantia	Saldo Total Devedor 31/03/18	Saldo garantido pela ISA CTEEP
IE MADEIRA 51% ISA CTEEP	ITAÚ BBA	IPCA + 5,5% a.a.	18/03/2025	468,4	238,9
	BNDES	TJLP + 2,42% a.a.	15/02/2030	1.221,6	623,0
	BNDES	TJLP	15/02/2030	2,5	1,3
	BNDES	2,5% a.a.	15/10/2022	122,5	62,5
	BASA	8,5% a.a.*	10/10/2032	303,5	154,8
Dívida Bruta				2.118,5	1.080,5
Disponibilidades				146,8	74,9
Dívida Líquida				1.971,7	1.005,6
IE GARANHUNS 51% ISA CTEEP	BNDES	TJLP + 2,05% a.a.	15/12/2028	196,8	100,4
	BNDES	3,50% a.a.	15/08/2023	77,4	39,5
	BNDES	TJLP	15/12/2028	1,4	0,7
Dívida Bruta				275,6	140,6
Disponibilidades				42,9	21,9
Dívida Líquida				232,7	118,7
IE SUL 50% ISA CTEEP	BNDES	5,50% a.a.	15/01/2021	6,0	3,0
	BNDES	TJLP + 2,58% a.a.	15/05/2025	8,2	4,1
	BNDES	3% a.a.	15/08/2023	3,2	1,6
	BNDES	TJLP + 2,58% a.a.	15/08/2028	5,4	2,7
Dívida Bruta				22,8	11,4
Disponibilidades				37,5	18,7
Dívida Líquida				(14,7)	(7,3)
TOTAL Dívida Bruta				2.416,9	1.232,5
TOTAL Dívida Líquida				2.189,8	1.117,0



Anexo VII – Balanço Patrimonial – IFRS

Ativo (R\$ mil)	CONSOLIDADO	
	31/03/2018	31/12/2017
CIRCULANTE		
Caixa e equivalentes de caixa	11.749	6.585
Aplicações Financeiras	716.226	610.066
Contas a Receber	1.913.173	1.924.928
Estoques	38.357	37.639
Tributos Correntes	132.735	14.162
Despesas Antecipadas	40.927	4.607
Crédito com controladas	490	903
Outros	59.156	44.819
	2.912.813	2.643.709
NÃO CIRCULANTE		
Realizável a longo prazo		
Caixa restrito	41.726	35.674
Contas a Receber	11.033.752	11.213.952
Valores a Receber - Secretaria da Fazenda	1.363.119	1.312.791
Benefício Fiscal - ágio incorporado	0	0
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	0	0
Cauções e Depósitos Vinculados	66.571	66.414
Estoques	22.968	37.034
Outros	1.502	1.513
	12.529.638	12.667.378
Investimentos	1.915.916	1.880.845
Imobilizado	23.656	22.879
Intangível	35.535	37.362
	1.975.107	14.608.464
Total do Ativo	17.417.558	17.252.173



Passivo e Patrimônio Líquido (R\$ mil)	CONSOLIDADO	
	31/03/2018	31/12/2017
CIRCULANTE		
Empréstimos e financiamentos	261.786	268.589
Debêntures	183.773	182.852
Fornecedores	49.255	69.923
Tributos e Encargos sociais a recolher	224.543	90.502
Impostos parcelados	0	57.997
Encargos Regulatórios a recolher	32.399	16.550
Juros sobre o Capital Próprio / Dividendos a pagar	3.111	3.112
Provisões	29.714	36.344
Valores a Pagar - Fundação CESP	3.309	2.056
Outros	57.876	61.179
	845.766	789.104
NÃO CIRCULANTE		
Exigível a longo prazo		
Empréstimos e Financiamentos	677.182	690.541
Debêntures	806.204	801.007
Impostos parcelados	0	0
PIS e COFINS diferidos	1.124.479	1.147.381
Imposto de renda e contribuição social diferidos	2.347.207	2.418.125
Encargos Regulatórios a recolher	40.848	54.250
Provisões	125.321	121.553
Outros	27.455	30.556
Total exigível a longo prazo	5.148.696	5.263.413
Participação de Acionista não Controlador	201.431	214.939
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Capital Social	3.590.020	3.590.020
Reservas de Capital	666	666
Reservas de Lucros	7.394.031	7.394.031
Lucros/Prejuízos Acumulados	236.948	0
	11.423.096	11.199.656
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido	17.417.558	17.252.173



Anexo VIII – Demonstração de Resultados - IFRS

Demonstração de Resultado (R\$ mil)	Consolidado		
	1T18	1T17	Var (%)
Receita Operacional Bruta	627.253	600.597	4,4%
Infraestrutura	80.136	77.098	3,9%
O&M	235.019	236.990	(0,8%)
Ativos de concessão	305.366	279.295	9,3%
Outras	6.732	7.214	(6,7%)
Deduções à Receita Operacional	(80.646)	(70.006)	15,2%
Receita Operacional Líquida	546.607	530.591	3,0%
Custos e Despesas Operacionais	(190.804)	(192.153)	(0,7%)
Pessoal	(81.033)	(80.822)	0,3%
Material	(60.873)	(60.855)	0,0%
Serviços	(37.990)	(29.133)	30,4%
Outros	(10.908)	(21.344)	(48,9%)
Resultado do Serviço	355.803	338.438	5,1%
Resultado Financeiro	(35.293)	(29.269)	20,6%
Rendimento de Aplicação financeira/Juros Ativos	10.929	10.310	6,0%
Resultado de Variação monetária Líquida	(11.252)	(7.816)	44,0%
Juros/Encargos sobre empréstimos	(32.327)	(31.147)	3,8%
Outras	(2.643)	(616)	329,1%
Resultado Operacional	320.510	309.169	3,7%
Equivalência Patrimonial	20.872	56.306	(62,9%)
Outras Receitas/Despesas Operacionais	4.722	114	4042,1%
Resultado Anterior aos Tributos	346.104	365.589	(5,3%)
Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	(105.696)	(98.432)	7,4%
Corrente	(176.614)	(20.747)	751,3%
Diferido	70.918	(77.685)	(191,3%)
Lucro/Prejuízo Consolidado do Período Antes da Participação do Acionista não Controlador	240.408	267.157	(10,0%)
Participação do Acionista não Controlador	(3.460)	(5.848)	(40,8%)
Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	236.948	261.309	(9,3%)

Anexo IX – Fluxo de Caixa - IFRS (R\$ mil)

Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais	CONSOLIDADO	
	1T18	1T17
Caixa Líquido Atividades Operacionais	196.813	(53.795)
Caixa Gerado nas Operações	170.025	135.734
Lucro Líquido	240.408	267.158
Atualização do Contas a Receber Lei 12.783 -SE	0	(211.748)
PIS e COFINS diferidos	(22.902)	26.137
Depreciação e Amortização	2.235	2.412
IR e CSLL diferidos	(70.918)	77.685
Provisão para Demandas Judiciais	(54)	(817)
Valor residual do ativo imobilizado	103	0
Benefício fiscal - ágio incorporado	9	0
Amortização de ativo de concessão na aquisição da controlada	621	623
Reversão da perda em controlada em conjunto	(535)	(558)
Resultado de equivalência patrimonial	(20.872)	(56.305)
Juros e variações cambiais sobre ativos e passivos	41.930	31.147
Variações nos Ativos	-18.613	-201.101
Contas a receber	192.490	(99.570)
Estoques	13.348	3.554
Valores a receber - Secretaria da Fazenda	0	(61.563)
Tributos e contribuições a compensar	(118.573)	(17.804)
Cauções e depósitos vinculados	462	106
Outros	(106.340)	(25.824)
Variações nos Passivos	45.401	11.573
Fornecedores	(20.670)	4.538
Tributos e encargos sociais a recolher	134.052	16.967
Impostos Parcelados	(58.146)	(4.439)
Encargos Regulatórios a recolher	1.797	5.145
Provisões	(6.630)	(5.021)
Valores a pagar FUNCESP	1.253	811
Outros	(6.255)	(6.428)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos	-135.935	-101.669
Aplicações Financeiras	(119.820)	(99.210)
Imobilizado	(1.878)	(182)
Intangível	(37)	(64)
Investimentos	(14.200)	(2.213)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento	-55.714	156.547
Adições de empréstimos	697	300.000
Pagamentos de empréstimos (inclui juros)	(52.950)	(28.415)
Dividendos pagos	(1)	(137.119)
Transações com acionistas não controladores	(3.460)	22.081
Varição de Caixa e Equivalentes	5.164	1.090
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	6.585	4.524
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	11.749	0
Saldo Final de Caixa e Equivalentes	5.164	5.614